

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

TAINÁ AMORIM DE PAULA

**COTIDIANO, ALIMENTO E AS PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL NO
BRASIL**

Brasília - DF
2022

TAINÁ AMORIM DE PAULA

**COTIDIANO, ALIMENTO E AS PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília – Faculdade de
Ceilândia como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Terapia Ocupacional

Orientador: Prof. Dr. Magno Nunes Farias

Brasília – DF

2022

RESUMO

As práticas alimentares para além das necessidades biológicas são meios de expressões culturais, identitárias e pautas em âmbitos políticos e econômicos de toda a humanidade. O objetivo deste trabalho é analisar a percepção e estratégias do Estado brasileiro sobre as questões alimentares, seus atos omissivos e comissivos sob o tema; é abordado também quais são os processos históricos e sociais relacionados aos cotidianos alimentares e as relações que se estabelecem entre alimentação e a noção de consumo da população. A partir da metodologia de pesquisa qualitativa de natureza teórica, baseando-se em bibliografias e documentos. Os resultados esperados pretendem descrever a influência da ascensão do capitalismo na realidade alimentar, desafios e estratégias da consolidação da segurança alimentar para todos os cidadãos brasileiro entendendo seus hábitos individuais e coletivos e possíveis realidades de autonomia alimentar.

Palavras-chave: Alimentação; Vulnerabilidade Social; Segurança Alimentar; Insegurança Alimentar

ABSTRACT

Food practices beyond biological needs are means of cultural and identity expressions and guidelines in political and economic spheres of all humanity. The objective of this work is to analyze the perception and strategies of the Brazilian State on food issues, its omissive and commissive acts on the subject; it is also discussed what are the historical and social processes related to daily food and the relationships that are established between food and the population's notion of consumption. From the qualitative research methodology of theoretical nature, based on bibliographies and documents. The expected results intend to describe the influence of the rise of capitalism on the food reality, challenges and strategies for the consolidation of food security for all Brazilian citizens, understanding their individual and collective habits and possible realities of food autonomy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 Justificativa	8
2. OBJETIVOS	9
2.1 Objetivo Geral	9
2.2 Objetivo específico	9
2.3 Pergunta de pesquisa	9
3. METODOLOGIA	10
4. O ESTADO E AS DINÂMICAS DE SEGURANÇA/INSEGURANÇA ALIMENTAR 	11
5. COTIDIANO, ALIMENTO E AS PESSOAS EM VULNERABILIDADE NO BRASIL: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS.....	14
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19

1 INTRODUÇÃO

A alimentação é fundamental para a manutenção de aspectos vitais e sociais, permitindo que o alimento seja analisado na perspectiva nutricional, educacional, histórica, cultural, entre outros (ALVES, 2007).

O ato de comer, além de satisfazer às necessidades biológicas, é também fonte de prazer, de socialização e de expressão cultural. As características dos modos de vida contemporâneos influenciam, significativamente, o comportamento alimentar, com oferta ampla de opções de alimentos e preparações alimentares, além do apelo midiático, da influência do marketing e da tecnologia de alimentos (BRASIL, 2012, p. 14).

Segundo Aurelio et al (2008), o hábito é algo que se adquire através de inúmeras repetições de um ato. Sendo assim, o hábito alimentar pode consistir em costumes e culturas, adquiridas com o tempo. Desde o início do século XX com o latente desenvolvimento urbano, a parte do mundo ocidentalizada está passando por um processo de ‘transição alimentar’, explicado pela evolução dos processos industriais e mudanças econômicas, demográficas e sociais (VAZ; BENNEMANN, 2014). No Brasil, estas mudanças alimentares são caracterizadas pelo aumento de consumo de comidas processadas/industrializadas que têm produzido, por sua vez, padrões alimentares com altos níveis de açúcares e gorduras, mudanças no modo de consumo, produção e comercialização dos alimentos. Como consequência à população, os índices de obesidade (VAZ; BENNEMANN, 2014) e doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes e hipertensão, têm aumentado (BLEIL, 1998).

Comer é um ato que permite a conexão entre o psíquico, físico (necessidade fisiológica), coletivo e o individual. Há vários percalços do que significa manter uma boa alimentação ao longo da vida, desde a organização da própria alimentação até o acesso a bens e serviços para o suprimento das necessidades essenciais à existência humana (SILVA, 2014). A pandemia de COVID-19 trouxe diversos percalços na garantia de uma boa alimentação, trazendo a realidade de pobreza e fome extrema para população brasileira e mundial. Foi estimado pela Organização das Nações Unidas que mais de 130 milhões de pessoas poderiam estar em situação alimentar precária. É necessário salientar que desde 2013 as condições de insegurança alimentar no Brasil já estavam em ascensão, segundo Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, a cada ano que passa, podendo ser justificada pelo contexto de instabilidade política e econômica do país (GALINDO, 2021).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) definida como o direito por todos os cidadãos ao acesso frequente, regular e saudável a comida (BEZERRA et al. 2020) de maneira que a garantia deste direito não comprometa outros direitos básicos, o desempenho produtivo e a integração social do indivíduo (SILVA, 2014). De modo que a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é a falta de acesso a uma alimentação adequada (BEZERRA et al. 2020).

Logo, essas questões impactam especialmente o cotidiano de sujeitos em vulnerabilidade social. Entendendo o cotidiano como uma palavra de língua portuguesa que tem como significado aquilo que é “diário, comum, banal” (FERREIRA, 2001, p. 191). Não é possível desassociar o cotidiano do social (PAIS, 2003), do contexto histórico, cultural, ambiental etc. Para Galheigo (2020, p.15) o cotidiano para além de ser pura simplesmente a vida presente de homens e mulheres, o termo também significa “um espaço-tempo no qual o sujeito, individual ou coletivo, de modo imediato e nem sempre consciente, acessa oportunidades e recursos, enfrenta adversidades e limites, toma decisões, adota mecanismos de resistência e inventa novos modos de ser, estar, viver e fazer.” Cotidiano é algo que ninguém pode se abster de viver se está em vida, não importa o contexto (raça, idade, classe social, gênero, etnia, nacionalidade, etc) em que o indivíduo esteja inserido (HELLER, 2000).

O conceito de vulnerabilidade social começa a tomar notoriedade a partir da década de 1990, quando inicia-se, por pesquisadores e instâncias governamentais, o estudo e reflexões sobre o desenvolvimento social e sustentável alinhado ao fenômeno da pobreza na América Latina. O conceito é utilizado na intenção de compreender a relação entre a obtenção aos recursos materiais ou alegórico que uma comunidade, família ou um indivíduo e o acesso que esta família, indivíduo ou comunidade às oportunidades culturais, sociais, econômicas que possa vir do Estado, da sociedade ou até do capital, quando não há acessibilidade a estes recursos e oportunidade, se configura vulnerabilidade social. Apesar de ser muito utilizado como sinônimo de pobreza ou até mesmo para desenhar e instrumentalizar políticas públicas o enfrentamento deste fenômeno, o conceito de vulnerabilidade social abarca outros acontecimentos (PEREIRA, 2012). Ao exemplo de uma situação em que a vulnerabilidade social é encontrada em um grupo-comunidade com poder de compra e acesso a oportunidades e está no contexto de insegurança alimentar e nutricional acometidos por Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT's) como diabetes mellitus e obesidade, que afeta diretamente grupos com renda média e 'hábitos culturais moderno' marcado por alimentos altamente

processados com pouco valor nutricional, os chamados *junk foods* e/ou *fast food* (PEREIRA, 2012).

Assim, o objetivo desse trabalho é realizar uma reflexão teórica, baseando-se em bibliografias e documentos, sobre os processos que perpassam a segurança e insegurança alimentar, o Estado e o cotidiano de populações em vulnerabilidade social, com a finalidade de adentrar esse debate frente a um cenário que tem intensificado problemáticas em torno dessas questões, marcadas pelas crises políticas, econômicas e sanitárias.

1.1. JUSTIFICATIVA

O tema surge a partir da mudança alimentar feita pela pesquisadora em 2019. Inquietações sobre o modo de vida ocidental atual em que se produz muito desperdício pelo contagiante poder de consumo, a fartura não necessariamente está atrelada a comer alimentos saudáveis, sendo muito presente na mesa de diversos brasileiros comidas sem valor nutricional nenhum criados pela indústria alimentícia, tudo isso em detrimento do consumo de alimentos tradicionais e regionais (BLEIL, 1998).

Esta pesquisa pode ser importante para entender as relações estabelecidas entre o alimento e a população brasileira em vulnerabilidade social. Para entender qual o real contexto segurança/insegurança em que estas pessoas vivem, se há perspectiva de autonomia alimentar e uma boa alimentação nos seus cotidianos, dentro dos limites de uma pesquisa teórica

A pesquisa é potencialmente inovadora pelo período em que o estudo está em curso. Na pandemia de COVID-19 se instaurou um momento de grande insegurança alimentar no mundo (GALINDO, 2021) e em toda população brasileira em vulnerabilidade social.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Refletir e analisar sobre as problemáticas que perpassam a segurança e insegurança alimentar, o Estado e o cotidiano de populações em vulnerabilidade social.

2.2 Objetivos Específicos

- Compreender a influência da do Estado e sociedade na realidade alimentar;
- Identificar qual é a percepção do Estado sobre o alimento, seus atos omissivos e comissivos sob a alimentação da população;
- Entender a partir da relação da população com o alimento, como se estabelece a segurança e insegurança alimentar em seus cotidianos.

2.3 Pergunta de Pesquisa

Quais são as problemáticas que perpassam a segurança e insegurança alimentar, o Estado e o cotidiano de populações em vulnerabilidade social?

3 METODOLOGIA

Será uma pesquisa qualitativa de natureza teórica, baseando-se em bibliografias e documentos. Sendo bibliográfico na intenção de descrever, sistematizar a partir de materiais bibliográficos diversos, bem como documentos, tendo em vista que este trabalho se propõe a usar como base documentos internos e externos a organizações governamentais, não governamentais e instituições independentes (ZANELLA, 2012).

Na pesquisa qualitativa não há uma intensa preocupação com representações numéricas, mas uma dedicação a compreensão do grupo focal e como se organizam (Córdova, 2009).

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (CÓRDOVA, 2009, p.32)

Em contrapartida, Minayo et al (2001) acredita que a pesquisa qualitativa aplica-se a um universo de possibilidades, crenças, valores, motivações etc representando assim um 'local' de profundas relações sujeito-objeto de pesquisa. Este modelo de pesquisa tem como características centrais a capacidade de enxergar a diferença entre o âmbito social e natural, busca por resultados mais confiáveis, contraposição de que a ciência tem apenas um modelo para todo o mundo científico.

A pesquisa teórica, segundo Trujillo Ferrari (1982, apud ZANELLA, 2012) tem a intenção de fornecer um maior conhecimento do pesquisador sobre o assunto, bem como aumentar o entendimento sobre certos fenômenos. Uma pesquisa básica pode ser potencialmente um processo que crie novas questões num procedimento de incorporar e podendo até superar os conhecimentos já existentes sobre a temática (MINAYO, 2002).

4. O ESTADO E AS DINÂMICAS DE SEGURANÇA/INSEGURANÇA ALIMENTAR

A fome para Caparros (2016) é a vontade e necessidade de comer; escassez de alimentos básicos, que provoca carestia e miséria generalizada; apetite ou desejo ardente por algo”. Na década de 1940, Josué de Castro, em *Geografia da Fome*, já reconhecia a fome como um fenômeno generalizado mundialmente e também um processo endêmico no Brasil, fruto da colonização histórica e orientada em uma economia de exploração de recursos primários e na exportação destas matérias primas obtidas que duram até os dias de hoje. O Estado brasileiro ainda não se mostrou apto como poder equilibrante entre os interesses privados e os interesses coletivos da população.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) torna-se conceito com a necessidade de países Europeus resolverem a grande problemática da fome herdada pela Primeira Guerra Mundial (MACHADO, 2020). A priori a segurança alimentar era vista apenas como um problema de produção – quantidade, distribuição e estoque do alimento (NOVAES et al, 2008). É na década de 1990 quando acontece a Cúpula Mundial da Alimentação, coordenada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que se reconhece a fome como o principal determinante da insegurança alimentar. A partir da década supracitada a SAN passa a ser conceituada como: a disponibilidade adequada de alimento para atender toda a população; na acessibilidade física e econômica da população para com o alimento; na utilização biológica adequada do alimento (saneamento básico, segurança microbiológica e química etc) e na estabilidade de garantia do alimento (MACHADO, 2020).

No âmbito governamental brasileiro o conceito de SAN se consagrou através da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei nº11.345/06 (BEZERRA et al., 2020), esta norma reconhece, no artigo 2º, a alimentação adequada como:

[...]direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006, s/p).

Também está estipulado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) o entendimento do Estado no conceito de segurança alimentar, sendo a asseguaração de todos ao direito de acessar regularmente e permanentemente alimentos de qualidade e

quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, de modo a respeitar toda a diversidade social, cultural e econômica de todos os indivíduos brasileiros (BRASIL, 2006).

Embora que existam ações estatais desde a fundação deste país nas questões de acesso à alimentação pela população (VASCONCELOS, 2005), foi somente no período ditatorial de Getúlio Vargas que o Estado procura se instrumentalizar em políticas sociais de alimentação e nutrição, dando ênfase a criação do salário mínimo sendo essencial na garantia de acesso ao alimento (CARNEIRO, 2015). Apesar dos fatores econômicos não serem, isoladamente, o bastante para explicar o fenômeno de insegurança alimentar, sabe-se que contextos marcados por uma renda per capita baixa e/ou condições trabalhistas ruins são determinantes importantes para risco de insegurança alimentar da população brasileira (GALINDO et al., 2021)

A lógica econômica de supervalorização da exportação se perpetua até a atualidade no Brasil. O agronegócio tem compromisso com o mercado internacional, investindo massivamente em uma ‘agricultura extensiva’ de monocultura ao invés de uma ‘agricultura intensiva de subsistência’, capaz de sanar a fome da própria população (CASTRO, 1984).

Desde de 2020, ano de início da pandemia de COVID 19, o agronegócio bateu o recorde na venda de produtos agropecuários para o exterior, tornando-se o setor mais rentável da economia nacional (SOARES, 2021). Em contrapartida, a garantia da segurança alimentar nacional pelo agronegócio é limitada, não havendo nenhum acordo sobre a criação de reserva destinada ao abastecimento do mercado brasileiro. Com base no Censo Agropecuário de 2017, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há uma grande contribuição da agricultura familiar ao mercado interno com participação de 30% na produção de culturas industriais cultivadas em médias e grandes áreas, como, por exemplo, a soja e o milho, e chegando até 81,2% em hortícolas e em algumas espécies frutíferas (NETO et al, 2020). Este período analisado pode ser justificado por uma série de mudanças neoliberais que ocorreram ao longo dos anos nas políticas públicas focadas em segurança alimentar e em programas de fomento à agricultura familiar (SOARES,2021), como o Programa de Aquisição de Alimentos (Lei nº 10.696/03) que garante a promoção ao acesso à alimentação e o incentivo a agricultura familiar.

No documentário *Alimentação, Cultura e Identidade (2019)*, produzido pela UFRGSTV, *Jupiter Palagi* salienta que os pequenos e médios produtores agrícolas não

recebem a devida preocupação e reconhecimento por parte da gestão pública. Estas propriedades têm grande importância social não só para o dono, mas também para toda a população que se beneficia das produções dessa terra. Em 2020, segundo o Núcleo de Estudos em Cooperação, analisou que as atividades financiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram destinadas principalmente para a bovinocultura e monoculturas como o plantio de soja e milho. Mostrando que o incentivo a agricultores familiares, que têm impacto diretamente no fornecimento de alimentos *in natura* para a população brasileira, não estão sendo valorizados nas políticas públicas destinadas à agricultura.

No ano de 2008 houve uma crise financeira internacional que se estendeu ao Brasil, a consequência foi uma crise política e econômica interna iniciada em 2014, que afetou a agenda sobre assuntos voltados a alimentação por via do enfraquecimento e extinção de organizações institucionais e de políticas que promoveu e fomentou a agricultura familiar (GALINDO, 2021), expressado nas extinções do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016 e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2018, bem como nas baixas orçamentárias destinadas a Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O problema da insegurança alimentar brasileira pode ter diversas justificativas conforme os fatores econômicos ligados a inflação, que afeta o preço dos alimentos básicos, alto índice de desemprego na população, a flexibilização e o desmonte de direitos sociais consagrados – leis trabalhistas, leis previdenciárias e o congelamento do salário mínimo – e no abalo sistêmico de políticas públicas voltadas na diminuição da desigualdade social como os programas de distribuição de renda (GALINDO, 2021).

5. COTIDIANO, ALIMENTO E AS PESSOAS EM VULNERABILIDADE NO BRASIL: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

Segundo o *Worldometer* (2022), o Brasil é um dos países mais populosos do mundo, ocupando a sexta posição. É caracterizado por um contexto diverso no tocante étnico-racial, a maioria da população brasileira autot classifica-se na raça/cor como parda ou negra (56%) e apenas 1,1% consideram-se indígenas (IBGE, n.d). As diferenças culturais, educacionais e territoriais são bem singulares neste país de extensão continental, estas alteridades criam desigualdades geográficas, econômicas e sociais, com consequências importantes para a saúde pública (BARAN, 2007; CALDWELL, 2003; GOLDSTEIN, 1999; MCCALLUM, 2005 apud SANTOS, 2014) e para questões alimentares. Há indícios que a pobreza no Brasil tem raça/cor e território específicos: é negra, urbana e se concentra nas regiões norte e nordeste do país (BEGHIN, 2008 apud SANTOS, 2014).

Segundo Dutra (2001, apud LEONARDO 2009), os hábitos alimentares são: “Tipos de escolha e consumo de alimentos por um indivíduo, ou grupo, em resposta a influências fisiológicas, psicológicas, culturais e sociais” (p.2). Os hábitos alimentares brasileiros trazem misturas e/ou influências de várias civilizações, como comidas que surgiram a partir da construção identitária brasileira composta, em sua maioria, por indígenas, africanos, europeus e, posteriormente, por asiáticos e outros países da América (LEONARDO, 2009).

O mundo tem passado por diversas mudanças desde a década de 1950 com a ascensão da industrialização. As transformações mais expressivas são a urbanização e a globalização. Estas mudanças atingem a esfera alimentícia como o setor agropecuário, a indústria de alimentos, a distribuição de alimentos em redes de supermercado e uma ampla gama de restaurantes e lanchonetes (GARCIA, 2003). As escolhas alimentícias da população acompanham este novo estilo de vida ‘moderno’, com comidas excessivamente industrializadas e pouco nutritivas (BLEIL, 1998).

O Laila Afrika (2012) relaciona este estilo alimentar contemporâneo a uma maneira sistêmica de continuidade a colonização e apagamento histórico alimentar, sobretudo no cotidiano alimentar de pessoas não brancas. Entende que:

A dieta contemporânea de comida-porcária e comida-rápida [fast food] é baseada em não-alimentos sinteticamente quimicalizados, desnaturados, altamente refinados, processados e geneticamente alterados. Este material moderno parece com comida, tem gosto de comida, cheira a comida, mas se resume a resíduos químicos e um tipo de sujeira sintética.
[...]

A ingestão destas substâncias químicas indiretamente causa escravidão nutricional robotizada, limita o raio de pensamentos e bem-estar (AFRIKA, 2012, p. 32 apud MACEDO, 2021, p. 17).

Na medida que esta transição nutricional marcada por alimentos industrializados e ultraprocessados com alta densidade energética ganha peso na sociedade brasileira, uma transição epidemiológica também emerge, sendo caracterizada pelo declínio de doenças infecciosas e o aumento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT's (AZEVEDO et al., 2014), doenças responsáveis por 70% das causas de mortes na população adulta no Brasil, e um dos maiores problemas de saúde pública do mundo (BRASIL, 2011).

Segundo Galheigo (2020), o cotidiano é marcado pelo dia a dia moldado pelo espaço-tempo histórico e cultural. Por meio desses fatos habituais pode se extrair todas experiências, memórias, sonhos, sentimentos, afetos, testemunhos de possibilidades de criação, a mudança de si mesmo e do mundo em que se habita. Sendo o cotidiano, portanto, conforme a autora, 'experiência e saber'.

Existem indivíduos, comunidades, articulações e coletivos responsáveis por disseminar experiências cotidianas e saberes sobre autonomia alimentar e possíveis estratégias de uma boa alimentação com valores nutricionais importantes para nutrição genérica (biopsicossocial) do corpo. Nesta sessão será explanado alguns responsáveis de semear este saber que vem contra o processo capitalista-industrializado da alimentação.

A *Teia dos Povos* é organizada em articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas, com objetivo de dar autonomia aos povos e elaborar coletivamente conceitos e práticas de uma soberania e segurança alimentar, totalmente desemparelhada a política partidária e institucional (TEIA DOS POVOS, 2019). A articulação surge pelo histórico evidente de negligência estatal em políticas efetivas que permitem o acesso integral a necessidades essenciais à existência humana, tais como: alimentação, habitação, água, educação e serviços de saúde (SILVA, 2014). O trabalho do coletivo está baseado na educação e cultivos pautados em agroecologia e na geração de riqueza e a conservação da terra como totalidade da vida.

Llaila Afrika foi pesquisador, panafricanista e homem preto em diáspora que se comprometeu até sua morte a semear conhecimentos de emancipação para a população negra. Foi praticante e disseminador da chamada *Saúde Holística Africana/African Holistic Health* (1989), vertente que se propõe a práticas centradas em ferramentas de cuidados e hábitos a partir da cultura do continente Africano. Afrika centraliza em sua obra a alimentação adequada por entender que população negra em diáspora ou não, que enfrenta há centenas de anos males mentais, espirituais e físicos como consequência da dieta alimentar eurocêntrica, trazida pelo contexto de colonização e imposta a essa população preta. Para o autor, o genocídio alimentar promove a destruição nutricional da população negra (RIBEIRO, 2020 apud MACEDO, 2021).

Afrika cunha o conceito de *nutricídio* que pode ser entendido como a falta de garantia, pelo meio social e político, de uma alimentação adequada em prol da manutenção do genocídio da população e do lucro (MACEDO, 2021) das grandes commodities e multinacionais do ramo alimentício e agropecuário.

O autor também entende que a alimentação tem valores afetivos, culturais, emocionais que podem gerar conexões subconscientes de desejos a alimentos específicos. A indústria alimentícia tem consciência destas conexões e comportamentos e utiliza deste fenômeno para promover seus alimentos à base de açúcar, aditivos, sal e gordura como estratégias de marketing que exploram as publicidades agressivas (PONTES et al., 2018) e uso de cores para tornar produtos mais ou menos atrativos (LUCAS et al., 2011).

Dado esta problemática, o autor traz também possibilidades e estratégias – mesmo que o contexto neoliberal não favoreça este cotidiano alimentar – de estabilidade nutricional para a população. Com isso Afrika explana os princípios de Ma’at que são condutas da civilização egípcia antiga surgida no período Pré-Dinástico (c. 5000 – 3000 a.C.) (MELLO, n.d). No âmbito alimentar esta ideologia consiste na escolha integral de alimentos in natura, cru e vivo; também faz parte do processo a reflexão de si sobre as emoções e o cotidiano alimentar a partir de perguntas como:

Verdade – Estou realmente com fome? Estou medicando emoções com comida lixo/álcool? Meu corpo precisa de nutrimento? Estou sendo um escravo do meu paladar? Estou tratando a comida como se ela fosse um “escravo” e o meu ato de comê-la como se fosse o “senhor de escravos”?

Justiça – A minha escolha de comida dá justiça nutricional para o meu corpo ou ela mata nutricionalmente meu corpo?

Retidão – É a comida boa para o Templo de Deus (meu corpo)? existe um lanche saudável que eu possa comer ao invés de junk?

Harmonia – De que forma comer junk food serve meu corpo e beneficia meu bem-estar?

Ordem – Segue este alimento a ordem correta, quantidade de nutrientes? (6 grãos, 5 frutas ou vegetais, 2 proteínas-vegetais/carne, 8-10 copos de água?)

Propriedade – Está a comida somando ao meu bem-estar e ajudando-me a eliminar ou diminuir minha ingestão de conservantes quimicamente atados, embalados, sintéticos, carne animal morta, clonados, hibridizados?

Compaixão – Aceito que o meu bem-estar soma à saúde da minha raça e serve à Ma'at? Ou me sinto privado quando não como junk-foods?

Reciprocidade – Estou usando comida para cometer suicídio, para punir a mim mesmo ou para manter baixa a autoestima? Ou estou usando-a para recompensar a mim mesmo? Este alimento, em última análise, causa doença ou bem-estar? (AFRIKA, 2012, pág. 40 apud. MACEDO, 2021)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs em refletir e analisar criticamente sobre as problemáticas e desafios que perpassam a segurança e insegurança alimentar no contexto brasileiro; o papel do Estado brasileiro no nutrídio e na garantia dos direitos; e os processos históricos e sociais relacionados aos cotidianos alimentares e as relações que se estabelecem entre alimentação e a noção de consumo da população.

Não há ainda como mensurar o impacto da pandemia de COVID-19 no âmbito de insegurança alimentar da população brasileira mas pode-se concluir que as taxas de fome e insegurança alimentar estão em ascensão, sobretudo causadas pela negligencia estatal em cumprir com politicas já vigentes na constituição, na melhoria e na confecção de politicas publicas que aborde o assunto.

A pratica clinica em terapia ocupacional pode se beneficiar com este trabalho por entender que este profissional está apto em intervir na manutenção e melhoria da independência, na autonomia, na ressignificação de atividades diárias de um indivíduo, família e comunidade. A intervenção do terapeuta pode ser dada a partir de grupos de reeducação alimentar, prevenção de doenças relacionadas a negligencias alimentares, atenção à saúde de agricultores familiares, etc; a atuação pode estar relacionada a gestão em politicas publicas seja na elaboração, manutenção, vigilância ou no cumprimento destes dispositivos. Por fim, há uma infinidade de possibilidades da terapia ocupacional contribuir com a melhoria dos hábitos alimentares da população.

7. REFERÊNCIAS

AFRIKA, Llaila O. **African Holistic Health**. Eworld. 2012.

AZEVEDO, Edynara Cristiane de Castro et al. **Padrão alimentar de risco para as doenças crônicas não transmissíveis e sua associação com a gordura corporal - uma revisão sistemática**. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2014, v. 19, n. 05 [Acessado 7 Abril 2022], pp. 1447-1458. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014195.14572013>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014195.14572013>.

BEZERRA, Mariana Silva et al. **Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 10 [Acessado 21 Março 2022] , pp. 3833-3846. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>>. Epub 28 Set 2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>.

BLEIL, Susana Inez. **O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil.** *Cad Debate* 1998; 6:1-25.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

_____. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde . **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022.** Brasília: MS; 2011.

CARNEIRO, Daniela Ferron. **Práticas alimentares e estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional de famílias em vulnerabilidade social.** Tese de Mestrado. Curitiba - PR: Universidade Federal do Paraná, 2015.

FARIAS, Magno Nunes. **Jovens rurais de São Carlos - SP: circulação cotidiana, projetos de vida e os sentidos da escola.** Tese (Doutorado em Educação). São Carlos - SP: Universidade Federal de São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13990>

FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí e Viana, Cássio Vinícius Afonso. **Quem inventou a fome são os que comem* * Da obra “Quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus, 1960. : da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de**

pandemia. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2021, v. 25 [Acessado 22 Março 2022] , e200256. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.200256>>. Epub 19 Mar 2021. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/interface.200256>.

GALHEIGO, S. M. **Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 2020. 28(1), 5-25. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590>

GALINDO, Eryka; Marco Antonio Teixeira, Melissa De Araújo, Renata Motta, Milene Pessoa, Larissa Mendes e Lúcio Rennó. 2021. “**Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.**” Food for Justice Working Paper Series, no. 4 (2a ed.). Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy.

MACEDO, Bárbara Macieira Ribeiro. **Necropolítica alimentar no Brasil: controle e extermínio da população negra pós-abolição.** 2021. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé, Universidade Federal Fluminense, 2021.

MACHADO, Juliana Costa, Sperandio. **Introdução à Segurança Alimentar e Nutricional.** In: Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. – Viçosa, MG: UFV, 2020 pp. 19-39. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Ebook-Atualiza%C3%A7%C3%B5es-e-debates-sobre-Seguran%C3%A7a-Alimentar-e-Nutricional-1.pdf>

MELLO, Shara Lorena Gritten. **Maat: princípios regentes do Egito faraônico.** Disponível em:<<http://museuegipcioerosacruz.org.br/maat-principios-regentes-do-egito-faraonico/>>. Acesso em: 19 de Abril de 2022.

MENDES, Rosana Maria e Miskulin, Rosana Giaretta Sguerra. **A análise de conteúdo como uma metodologia.** Cadernos de Pesquisa [online]. 2017, v. 47, n. 165 [Acessado 28 Outubro 2021] , pp. 1044-1066. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053143988>>. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053143988>.

NETO, Calixto Rosa; Silva, *Francisco de Assis Correa e Araujo, Leonardo Ventura de*. **Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia?**. EMBRAPA Rondonia, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-d-a-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>

Núcleo De Estudos Em Cooperação (NECOOP). **Análise Do Programa Nacional De Apoio À Agricultura Familiar - Pronaf 2020**. Universidade Federal Da Fronteira Sul, Instituto Tricontinental De Pesquisa Social. Santa Catarina, 2021. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/12/pronaf_regioes_artigo.docx2.pdf

PEREIRA, Ana Lúcia. **Famílias quilombolas: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca - Estado do Tocantins**. 2012. 309 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106244>.

PONTES, Tatiana Elias et al. **Orientação nutricional de crianças e adolescentes e os novos padrões de consumo: propagandas, embalagens e rótulos**. Revista Paulista de Pediatria [online]. 2009, v. 27, n. 1 [Acessado 19 Abril 2022] , pp. 99-105. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-05822009000100015>. Epub 27 Mar 2009. ISSN 1984-0462. <https://doi.org/10.1590/S0103-05822009000100015>.

SANTOS, Vagner dos, Galassi, Andrea Donatti. **Questões contemporâneas da terapia ocupacional na America do Sul/Cuestiones contemporâneas de la terapia ocupacional en America del Sur**. 1ªed. - Curitiba, PR: CRV, 2014

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3019>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; UNIDADE PRODUTORA DE TV DA UFRGS. **Alimentação, Cultura e Identidade - Multiponto**. [produzido e editado por] Daniel Baptista e Julio Estevan. Porto Alegre, UFRGSTV, 2019.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/UFRGS; CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA – PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA SEAD/UFRGS. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VAZ, Diana Souza Santos; BENNEMANN, Rose Mari. COMPORTAMENTO ALIMENTAR E HÁBITO ALIMENTAR: UMA REVISÃO. **REVISTA UNINGÁ REVIEW**, [S.l.], v. 20, n. 1, out. 2014. ISSN 2178-2571. Disponível em: <<http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1557>>. Acesso em: 29 out. 2021.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.